



Comissão marca para 6 de maio votação sobre impeachment

Gerardo Menezes/Agência Senado



Presidente e relator da comissão, Raimundo Lira e Antonio Anastasia se cumprimentam, observados por Blairo Maggi

Grupo que analisará a admissibilidade do processo foi instalado ontem, elegendo Raimundo Lira como presidente e Antonio Anastasia como relator

O senador Raimundo Lira, indicado pelo PMDB, foi escolhido por aclamação pelos 21 titulares da Comissão do Impeachment para presidir o colegiado. Já Antonio Anastasia, apresentado pela oposição para relatar o processo, foi alvo dos protestos dos governistas, que questionam a isenção dele para exercer a função. Mesmo assim, o senador foi confirmado no posto por 16 votos a 5. Em seguida, ele propôs um calendário de trabalho que foi aprovado pelo grupo.

Amanhã a comissão ouvirá os autores da denúncia contra Dilma Rousseff. Na sexta, a defesa da presidente. Anastasia apresentará o relatório sobre a admissibilidade do processo no dia 4 de maio e a comissão deverá votá-lo no dia 6, sexta-feira da próxima semana. Independentemente do resultado, o parecer seguirá para votação em Plenário. Se a continuidade for aprovada, Dilma será afastada por até 180 dias e Michel Temer assumirá como interino. Começarão então a análise do mérito da denúncia. [4 e 5](#)

Prefeitos destacam pauta de interesse dos municípios [2](#)

Sessão de segunda vai homenagear Dia do Trabalho [3](#)

Adiada votação da MP sobre desapropriações [6](#)

Financiamento deverá ajudar as santas casas [7](#)

Medidas contra tabagismo podem ser ampliadas [6](#)

Jonas Pereira/Agência Senado



Renan Calheiros preside sessão e Elmano Férrer faz considerações em Plenário

Plenário autoriza empréstimo de US\$ 200 milhões para a Bahia

Os recursos devem ser usados para recuperar rodovias. Outras três operações de crédito externo foram autorizadas ontem e seguem à promulga-

ção. Manaus poderá fazer empréstimo de US\$ 150 milhões; Niterói, de US\$ 100 milhões; e a União poderá investir US\$ 32,5 milhões no Cerrado. [3](#)

País precisa reduzir desmate e mudar consumo, aponta debate

Em sessão temática no Senado sobre meio ambiente e Estado, parlamentares e ministros discutiram ações que o Brasil deve adotar para

reduzir emissões de carbono. Mudanças no modelo de consumo e desmatamento zero foram algumas das medidas em debate. [8](#)



Jorge Viana (2º à esq.) com Marcondes de Carvalho, Benjamin e Izabella

Parlamentares votam reforço a combate a Aedes

A medida provisória que amplia poderes de autoridades da saúde para combater o *Aedes aegypti* deve ser votada hoje pela comissão mista que analisa o texto. A MP, entre outras medidas, permite o ingresso forçado em locais abandonados. O relator apresentou ontem o parecer, com emendas. [6](#)

Senadores vão discutir limites a internet

Ficou acertada ontem a audiência conjunta entre duas comissões da Casa, provavelmente na próxima terça-feira, para discutir as mudanças nas políticas comerciais das operadoras, que restringiram o uso de banda larga fixa aos consumidores que ultrapassem suas franquias. [7](#)

Gerardo Menezes/Agência Senado



Lasier (C) ouve especialistas sobre fundos para área de ciência e tecnologia

Audiência: má gestão de fundos prejudica pesquisas

Informações desorganizadas e defasadas que dificultam os trabalhos de auditoria e de análise e o uso inadequado dos recursos são alguns dos problemas dos fundos mais importan-

tes para a área de ciência e tecnologia no Brasil. Ontem audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia confirmou avaliação de senadores de que essa política pública precisa ser alterada. [7](#)

Prefeitos pedem votação ágil de propostas municipalistas

Renan recebeu ontem representantes da Confederação Nacional de Municípios, que pediram rapidez no trâmite de projetos sobre ISS, parte da repatriação de valores para fundos e reajuste de programas

REPRESENTANTES DE PREFEITURAS foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. O grupo pediu agilidade na votação de uma pauta municipalista para ser apresentada na 19ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, de 9 a 12 de maio.

A lista de propostas foi entregue pelo primeiro-vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, com outros prefeitos e o senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

— Reivindicamos, na medida do possível, a votação de ao

menos oito matérias que nos interessam muito. Entre elas, a questão do ISS, que representa R\$ 8 bilhões no caixa dos municípios a cada ano, o veto sobre a repatriação de valores e o reajuste dos programas federais — afirmou Aroldi.

O presidente do Senado reiterou aos prefeitos o compromisso de tentar agilizar as votações das matérias consideradas prioritárias.

Os prefeitos pedem a aprovação das mudanças nas regras do ISS conforme substitutivo da Câmara ao PLS 386/2012, de Romero Jucá (PMDB-RR). De acordo com

a CNM, se aprovada, a regra vai permitir que os municípios participem de forma igualitária da distribuição dos recursos arrecadados nas operações de cartão de crédito, leasing, planos de saúde e construção civil, hoje concentrada em alguns municípios do estado de São Paulo.

Quanto à Lei de Repatriação (Lei 13.254/2016), o Executivo vetou o trecho que regulamentava que valores repatriados fariam parte dos impostos que compõem a base de cálculo dos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE).



Glademir Aroldi, acompanhado de prefeitos, diz que pauta será defendida em marcha a Brasília, de 9 a 12 de maio

Relatório sobre Delcídio será apresentado na terça

Está marcada para terça-feira a apresentação do relatório final do processo contra Delcídio do Amaral (sem partido-MS) por quebra de decoro parlamentar. Até sexta-feira a defesa do senador poderá apresentar as alegações finais. O relator, Telmário Mota (PDT-RR), adiantou que não pedirá o arquivamento do processo, porém não revelou qual será a pena proposta por ele.

As punições previstas pelo Código de Ética e Decoro Parlamentar são advertência, censura, perda temporária do exercício do mandato e perda

do mandato. Se o relatório de Telmário for aprovado pelo conselho, o texto será remetido para análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Falta

O depoimento de Delcídio ao conselho estava marcado para ontem, mas ele faltou. Os advogados de defesa argumentaram que não possuíam todas as informações do processo. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) propôs que fosse dada mais uma oportunidade para a apre-

sentação da defesa, desde que houvesse o compromisso de comparecimento.

A maioria do conselho, no entanto, foi contrária à proposta, que acabou sendo retirada. Otto Alencar (PSDBA) considerou que Delcídio do Amaral, ao faltar a quatro depoimentos, demonstrou a intenção de atrasar o processo.

— Quatro vezes já foi dada a oportunidade de ele vir aqui e ele não veio. Ele quer é ganhar prazo e protelar a oitiva dele, levando esse conselho no deboche e isso não pode acontecer — disse.

Documento final de MP sobre rodovias será votado

A comissão mista sobre a medida provisória que autoriza a União a reincorporar trechos de rodovias federais transferidos em 2002 aos estados e ao Distrito Federal deve votar o relatório hoje, às 14h30.

A transferência dos trechos de rodovia havia sido feita a pedido dos próprios estados, segundo a exposição de motivos da MP 708/2015. O governo

diz haver agora “interesse de que a posse e o domínio retornem para o âmbito federal, para viabilizar a concessão”. Parte dessa malha rodoviária apresenta empreendimentos relacionados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que continuarão com a execução das obras previstas.

O texto estabelece que o Departamento Nacional de

Infraestrutura de Transportes (Dnit) terá até 210 dias, após publicação dos trechos que voltam à União, para executar obras e serviços de conservação, recuperação e supervisão. Os estados terão o mesmo prazo para organizar os processos licitatórios de continuidade na manutenção e conservação dos trechos que ficarem sob a responsabilidade deles.

Hélio José alerta para crise no atendimento pediátrico do DF

A dificuldade de atendimento na área de pediatria no Distrito Federal foi lamentada por Hélio José (PMDB-DF). O senador disse ter recebido várias reclamações de pais que não conseguem atendimento para os filhos, não só na rede pública, como em hospitais particulares.

Segundo Hélio José, as pessoas passam horas nas filas das emergências e, quando a criança precisa ser internada, não conseguem vagas,



Pedro Franco/Agência Senado

especialmente nas UTIs. Para o senador, o problema ocorre porque muitos casos que chegam à emergência poderiam ter sido

resolvidos no atendimento ambulatorial, em consultório.

— Tratar de crianças é menos rentável, o que leva vários hospitais a fecharem suas UTIs pediátricas para garantir mais faturamento. A saúde não pode se render à simplesmente lógica fria e crua do mercado.

Ataídes critica metodologia usada pelo IBGE para medir desemprego

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou a metodologia usada pelo IBGE para medir o desemprego no país. Segundo o senador, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) Continua inclui o conceito de “desalentado” para quem perdeu o emprego, não encontrou outro, mas não procurou trabalho nos 30 dias anteriores à realização da pesquisa.

Além disso, disse, o IBGE não inclui nas estatísticas 9



Moreira Nitz/Agência Senado

milhões de brasileiros que estão sem trabalho, mas recebem o seguro-desemprego, concedido de três a cinco meses em casos de demissão sem justa causa.

— Se a metodologia for modificada, o número de desempregados passará de 10,5 milhões para 25 milhões e a taxa de desemprego pulará de 10,2% para 24,3%. Pior que apresentar números ruins é apresentar números em que não se pode acreditar.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após as 20h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CI Aterros sanitários

8h30 Reunião deliberativa com 4 itens. Entre eles, projeto sobre o uso do potencial de geração de energia dos aterros sanitários.

CAS Filantrópicas

9h Entre os 8 itens em pauta, está o projeto que cria programa de financiamento para atender instituições filantrópicas que participam de forma complementar do SUS.

CDR Região integrada

9h Audiência sobre inclusão de novos municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

CDH Democracia

9h Debate sobre democracia e direitos humanos, com a participação de professores da Universidade de Brasília.

IMPEACHMENT Reunião de trabalho

9h Reunião da comissão que avalia processo de impeachment da presidente Dilma.

CCJ Sabatina

10h Sabatina de Péricles Aurélio Lima de Queiroz, indicado a ministro do Superior Tribunal Militar, e reunião deliberativa.

PRESIDÊNCIA Michel Temer

11h Renan Calheiros encontra o vice-presidente da República; às 15h30, recebe o presidente da União dos Vereadores do Brasil; às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Delegação dos EUA

13h30 Visita de delegação do Consórcio Universidade-Indústria, de instituições e empresas dos EUA ligadas à agricultura.

PLENÁRIO Receitas para estados

14h Na pauta, segundo turno de votação da PEC que permite a desvinculação de 25% da receita de estados e municípios.

AGENDA BRASIL Jovem do campo

14h30 Votação do projeto que cria a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo.

MP 708 Rodovias

14h30 Análise de relatório da MP que autoriza a União a reincorporar trechos de rodovias federais transferidos a estados e ao DF.

SUBCOMISSÃO Belo Monte

14h30 Debate sobre soluções para pendências da Usina de Belo Monte.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **10h**, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Bahia poderá tomar empréstimo de US\$ 200 milhões para rodovias

Operação de crédito externo foi uma das quatro autorizadas ontem pelo Plenário no valor global de US\$ 482,5 milhões

O PLENÁRIO APROVOU ontem operação de crédito de US\$ 200 milhões em benefício da Bahia, a ser assinada com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos deverão ser utilizados na segunda etapa do programa de manutenção de rodovias, sobretudo na região oeste e no sertão do estado. A proposta será encaminhada à promulgação.

Foram também aprovadas e seguem à promulgação mais três operações de crédito externo. Os quatro projetos de resolução, no valor global de US\$ 482,5 milhões (R\$ 1,7 bilhão), tinham sido aprovados mais cedo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e foram votados em Plenário em regime de urgência.

Os senadores Walter Pinheiro (sem partido-BA) e Otto Alencar (PSD-BA)

elogiaram o PRS 28/2016 por avaliarem que a proposta favorecerá a manutenção de eixos rodoviários do estado que representam.

Walter Pinheiro afirmou ainda que os recursos contribuirão para gerar trabalho e renda e favorecerão o escoamento da produção agrícola da Bahia.

A segunda operação de maior valor (PRS 25/2016), US\$ 150 milhões, também a ser assinada com o Bird, destina-se a Manaus. Os recursos deverão ser utilizados na busca do equilíbrio fiscal e na melhoria dos serviços públicos.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que relatou o projeto de resolução na CAE, explicou que a verba será paga em 24 anos, tendo 5 anos de carência e 19 anos para amortização do empréstimo.

O terceiro empréstimo (PRS 27/2016), no valor de US\$ 100 milhões, será assinado entre Niterói (RJ) e a Corporação Andina de Fomento. O dinheiro será destinado ao financiamento parcial do Programa Região Oceânica Sustentável, do município fluminense. O relatório de Douglas Cintra (PTB-PE), favorável, foi apresentado por Wellington Fagundes (PR-MT) na comissão.

A quarta operação (PRS 26/2016), no valor de US\$ 32,5 milhões, envolve o Bird e o governo federal. Os recursos vão financiar parcialmente o projeto de regularização ambiental de imóveis rurais do Cerrado brasileiro. De acordo com o relator do projeto na CAE, José Pimentel (PT-CE), os recursos contribuirão para fortalecer a implantação do controle de desmatamento na região.

Senado faz sessão em homenagem ao Dia do Trabalho

O Senado fará uma sessão especial na segunda-feira para comemorar o Dia do Trabalhador, celebrado no dia 1º de maio. O requerimento, aprovado ontem em Plenário, foi apresentado por Paulo Paim (PT-RS), com apoio de outros senadores.

Agripino nega tráfico de influência na construção de estádio

José Agripino (DEM-RN) defendeu-se ontem de acusações que levaram à quebra de seu sigilo fiscal e bancário. Ele disse não ter recebido compensações ao negociar a retomada das obras da Arena das Dunas para a Copa de 2014. Os repasses do BNDES para a obra haviam sido interrompidos pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte e Agripino interveio.

— Meu estado precisava ser sede da Copa do Mundo, as obras estavam com atraso, e esse colapso podia ser fatal e poderia humilhar o estado.



Pedro França/Agência Senado

Para Rose de Freitas, dívida dos estados exige solução rápida

A questão da dívida dos estados é delicada e precisa ser definida rapidamente, disse ontem Rose de Freitas (PMDB-ES). A senadora lembrou que hoje o Supremo Tribunal Federal (STF) decidirá sobre as taxas de juros que devem incidir sobre o volume das dívidas. Ela explicou que hoje são cobrados juros compostos, enquanto os estados reivindicam juros simples.

— Estados e municípios não podem pagar uma conta que parece não ter fim — disse, ao defender maior prazo para a quitação dos débitos.



Marcia Maia/Agência Senado

PEC que desvincula receitas levará saúde ao colapso, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 143/2015, que permite a desvinculação de 25% da receita de estados e municípios até 31 de dezembro de 2023. Ele considerou a medida “desproporcional e abusiva” e alertou para o risco “de desmonte expressivo da já precária situação da saúde pública brasileira”, com perda estimada de R\$ 80 bilhões.

— Por que somente o piso constitucional da educação foi excetuado, quando igual proteção deveria ser conferida à saúde? — questionou.



Jefferson Ruy/Agência Senado



Fernando Bezerra, Renan Calheiros e Elmano Férrer, à mesa, em sessão que aprovou empréstimos para Bahia, Niterói, Manaus e o Cerrado brasileiro

Premiados com Diploma José Ermírio de Moraes são definidos

Pela sétima vez, o Senado entregará o Diploma José Ermírio de Moraes, conferido a empresários que se destacam no país. O Conselho do Diploma definiu que, em 2016, serão homenageados Abílio Diniz, Jandir José Milan e José Augusto Vieira, em sessão especial do Senado marcada para 24 de maio, às 11h, no Plenário.

— O que os distingue a ponto de merecer as homenagens é a capacidade de empreender, de identificar oportunidades, agregando valor ao seu negócio, gerando empregos e colaborando para o desenvolvimento socioeconômico do nosso país — explicou o presidente do Senado, Renan Calheiros, durante a entrega do diploma no ano passado.

O Conselho do Diploma é presidido pelo senador Douglas Cintra (PTB-PE).

Legado

O prêmio recebe o nome do engenheiro José Ermírio de Moraes, nascido no interior de Pernambuco, em 1900, e eleito senador da República em 1962. No ano seguinte, foi nomeado ministro da Agricultura do governo

do presidente João Goulart, cargo que ocupou durante apenas cinco meses. Com o golpe militar, foi muito atacado por suas posições, mas não abandonou a atividade parlamentar. Cumpriu até o final o mandato de senador, encerrado em 1971.

José Ermírio faleceu em 1973, deixando como legado um dos maiores

grupos empresariais do país, o Grupo Votorantim, que reúne companhias de vários segmentos, com ênfase em setores da economia de base.

Presente em mais de 20 países, o grupo está estruturado em três segmentos — industrial, financeiro e de novos negócios — e emprega 40 mil pessoas.

Empresários agraciados



» Abílio Diniz

Natural da cidade de São Paulo, formou-se na Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Foi sócio da Companhia Brasileira de Distribuição, que inclui as bandeiras de varejo Pão de Açúcar, Extra, Assaí e Ponto Frio. Foi sócio majoritário das Casas Bahia. Atualmente, preside o Conselho de Administração da BRF (conglomerado que reúne as marcas Sadia e Perdigão).



» Jandir José Milan

Natural de Concórdia (SC) e engenheiro agrônomo pela Universidade Federal do Paraná, é o atual presidente da Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).



» José Augusto Vieira

Natural de Lagarto (SE), é empresário desde 1960, quando fundou a Fumo Saci, empresa que contribuiu para a expansão do comércio do fumo em toda Região Nordeste. Com perfil empreendedor, José Augusto é o proprietário da marca de produtos alimentícios Maratá.

Fotos: Reprodução/Facebook/Abílio Diniz; Marcos Bergamasco/TCE-MT e Governo de Sergipe

Comissão do Impeachment deve votar relatório no dia 6 de maio

Integrantes da comissão especial, instalada ontem no Senado, ouvem amanhã a acusação contra Dilma Rousseff. Na sexta-feira será ouvida a defesa

A COMISSÃO ESPECIAL que vai analisar a admissibilidade do processo de impeachment contra a presidente da República, Dilma Rousseff, foi instalada ontem no Senado. Raimundo Lira (PMDB-PB), indicado pelo PMDB, foi eleito por aclamação presidente da Comissão Especial do Impeachment. Antonio Anastasia (PSDB-MG) foi eleito relator.

Durante a reunião, os integrantes aprovaram o calendário apresentado por Anastasia, que prevê a apresentação do relatório no dia 4 de maio e a votação do texto em 6 de maio. Amanhã será ouvida a acusação. Na sexta-feira deve ser ouvida a defesa da presidente.

Em discurso de posse, Raimundo Lira agradeceu a confiança dos demais senadores e pediu a todos tranquilidade ao longo do trabalho na comissão.

Após ser eleito por 16 votos contra 5, Anastasia prometeu serenidade e responsabilidade. O senador também assegurou atuar de modo democrático e negou ter sido secretário-executivo de Miguel Reale Júnior, um dos autores da iniciativa de impeachment.

— Será um trabalho de



O presidente da comissão, Raimundo Lira, e o relator, Antonio Anastasia: escolha do senador do PSDB para a relatoria provocou divergências

grave responsabilidade e de muito equilíbrio para que possamos concluir nos prazos devidos — afirmou.

A reunião de ontem começou com discussões entre a oposição e os governistas, que não aceitavam Anastasia na relatoria. Eles apresentaram na noite de segunda-feira duas questões de ordem alegando que faltaria ao parlamentar a isenção necessária ao cargo.

Os pedidos foram indeferidos pelo presidente Raimundo Lira, sob alegação de que nem Anastasia nem o PSDB são autores da denúncia contra a presidente Dilma Rousseff.

Advogado

Insatisfeitas com o resultado, as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

e Gleisi Hoffmann (PT-PR) apresentaram recurso, que foi vencido em Plenário.

Vanessa também apresentou uma terceira questão de ordem, alegando que o advogado Flávio Henrique Costa Pereira, filiado ao PSDB, deveria ser incluído entre os autores da denúncia de impeachment, ao lado dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal.

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) rebateu, afirmando que Pereira assinou a peça inicial apenas como advogado dos juristas, e não como autor. Ele disse que o questionamento era apenas uma medida protelatória dos governistas, uma “chicana jurídica” para atrapalhar o trabalho da comissão.

Mesmo derrotados nas

questões de ordem, os senadores do PT e do PCdoB voltaram a criticar a possibilidade de Anastasia assumir a relatoria, por razões jurídicas e éticas.

— Nós, do PT, entendemos que temos a presidente sob julgamento e não é adequado ter um relator do PSDB, que patrocina essa causa e cujo advogado é parte integrante do grupo de denunciantes. Uma comissão assim começa mal, muito mal — lamentou o líder do governo, Humberto Costa (PT-PE).

Ronaldo Caiado (DEM-GO), por sua vez, questionou o fato de o PT não apresentar a indicação de um candidato.

— Relator em conselho de ética é sorteado. Relator em comissão especial para impeachment de

presidente é eleito. Se o PT tem candidato, que o apresente. Como é que o PSDB vai ser beneficiário se o vice-presidente [Michel] Temer é do PMDB? Quem é que vai assumir a Presidência da República? É o PSDB ou o PMDB? — questionou o senador.

Hoje a comissão volta a se reunir para mais debates e para análise de requerimentos. O encontro está marcado para as 9h.

Cronograma

28 de abril	Óitiva dos denunciantes
29 de abril	Óitiva da defesa da presidente Dilma
4 de maio	Apresentação do relatório de Antonio Anastasia
6 de maio	Votação do relatório

Processo prevê duas votações na comissão e três em Plenário

Com a instalação da comissão especial, o Senado iniciou ontem o processo que pode levar ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. Até a decisão final, caso o processo não seja arquivado em alguma etapa, haverá duas votações na comissão e três em Plenário.

A primeira votação na comissão será do parecer pela admissibilidade do pedido de impeachment. Independentemente do resultado, o parecer segue para votação em Plenário. Por maioria simples dos presentes — sendo exigido quorum mínimo de 41 senadores —, o Plenário

decide se aceita ou não a denúncia. Se votar pela rejeição, o pedido é arquivado e a presidente é confirmada no cargo. Se votar pela admissibilidade, é iniciada a fase de instrução do processo de impeachment. A presidente é notificada e afastada pelo prazo máximo de 180 dias. O vice-presidente, Michel Temer, assume interinamente.

Os trabalhos retornam à comissão especial para a fase de pronúncia, que não tem prazo predefinido. Caberá ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski,

dar a palavra final sobre os procedimentos.

Na fase de pronúncia, a comissão notifica a presidente para que apresente defesa. Em seguida, os senadores podem chamar testemunhas e especialistas, pedir perícias e analisar documentos. Ao concluir a instrução, a comissão entra nas alegações finais, quando são ouvidas considerações da acusação e da defesa.

Encerrando o trabalho, a comissão faz a segunda votação, admitindo ou não o parecer do relator sobre o mérito do pedido de impeachment. A votação é por maioria simples.

O parecer é enviado ao Plenário, que fará a segunda votação. Também por maioria simples, o Senado decide aceitar ou não a pronúncia. Se rejeitar, o processo é arquivado e a presidente, reconduzida ao cargo. Se aceitar, inicia-se a terceira e última fase do processo: o julgamento.

A primeira medida é notificar a presidente para que apresente defesa. Em seguida, é marcada a sessão de julgamento, quando se dará a terceira e última votação em Plenário, conduzida pelo presidente do STF. Na sessão, são ouvidos mais

uma vez acusação e defesa, além de testemunhas e senadores que queiram se manifestar. O presidente anuncia a votação do impeachment.

Nessa última decisão são necessários 54 votos favoráveis (dois terços dos senadores) para que a presidente perca o mandato. Se o impeachment não for aprovado, a presidente é reconduzida ao cargo.

O rito do processo foi definido a partir da Constituição, do Regimento Interno do Senado e do precedente do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992.

Renan reforça compromisso com isenção em reunião com Lula

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que está preocupado com os desdobramentos do processo político. E Renan reforçou durante o encontro o compromisso com a isenção ao conduzir na Casa o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

— A democracia se fortalece com as conversas e mais do que nunca é preciso aprender que conversar não arranca pedaço — afirmou.

tanto nos momentos bons quanto nos momentos ruins e que vai continuar agindo dessa maneira.

— A democracia se fortalece com as conversas e mais do que nunca é preciso aprender que conversar não arranca pedaço — afirmou.

Votação

Renan reiterou na entrevista aos jornalistas que, caso seja aprovado o parecer de pedido de impeachment da presi-

dente Dilma na comissão especial, terá até 48 horas para pautar a votação no Plenário. Ele garantiu que vai agir dentro do prazo para resguardar a isenção.

O senador disse que, se a Casa decidir pela admissibilidade, ele vai transmitir a condução do processo de impeachment para o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski.

— Caberá ao presidente do STF a condução de duas reuniões públicas.

Uma delas pronunciará ou impronunciará a presidente da República Dilma Rousseff, mas essa reunião acontecerá em mais ou menos 15 ou 20 dias da decisão final, que será uma decisão de mérito, pela qual o Senado Federal julgará se a presidente cometeu ou não o suposto crime de responsabilidade — explicou Renan.

Temer

O presidente do Senado confirmou também que

pretende se encontrar hoje com o vice-presidente da República, Michel Temer.

— Hoje [ontem] recebi os representantes dos movimentos e recebi os prefeitos. Amanhã [hoje] eu vou conversar com o vice-presidente Michel Temer e logo em seguida com o presidente do PSDB, senador Aécio Neves. O papel do presidente do Senado Federal é exatamente esse, conversar com todo mundo para em todos os momentos demonstrar isenção e responsabilidade com o país — afirmou.

Dilma

Na conversa com os jornalistas, o presidente do Senado disse que a presidente da República, Dilma Rousseff, pediu para recebê-lo no início da noite de ontem.

— Todas as vezes que a presidente pedir para conversar comigo, eu conversarei com ela, porque eu entendo que esse é exatamente meu papel: conversar e trabalhar para construir convergências com todos os atores dessa crise política. Pensando no Brasil e na possibilidade de se ampliar a previsibilidade política e constitucional. A cada dia, eu entendo que é preciso fazer muito mais nessa direção — disse. (Da Presidência do Senado)



Após conversa com Lula na residência oficial do Senado, Renan disse que vai se encontrar hoje com Temer

Viana lamenta formação do governo Temer antes de decisão

Lideranças de movimentos sociais estiveram ontem no Senado para chamar a atenção para os riscos de o Congresso romper com a institucionalidade e aprovar o impeachment de Dilma.

O senador Jorge Viana (PT-AC) participou do encontro e afirmou que, apesar de estar previsto na Constituição, o impeachment só é justificável se houver crime de responsabilidade, o que não se aplica ao governo Dilma.

Ele lamentou que Michel Temer já esteja montando seu governo, antes da decisão do Senado.

— Se o seu Michel Temer já está montando um governo, para que o julgamento? É um jogo de cartas marcadas!

Viana disse que a gestão de Dilma cometeu erros, sendo um deles o de ter o PMDB como parceiro.

Dário Berger: Dilma não reúne condições para governar

Dário Berger (PMDB-SC) afirmou que o atual governo não reúne a mínima condição de governabilidade. Ele é um dos integrantes da comissão que analisa a admissibilidade do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff.

Na avaliação do senador, a falta de governabilidade é fatal num regime presidencialista, que exige um chefe de governo forte. Ele lembrou que a maioria dos brasileiros acredita que Dilma está nessa situação por ter levado o país a uma crise sem precedentes.

— A verdade é que, se o Brasil fosse uma empresa, inevitavelmente estaria falido, diante do monumental desequilíbrio entre receita e despesa.

Vanessa critica escolha de Anastasia como relator do processo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou que não tenha havido consenso na eleição do relator da Comissão Especial do Impeachment, que analisará a admissibilidade do processo contra Dilma. Antonio Anastasia (PSDB-MG) foi o eleito.

O problema, disse ela, é que um dos subscritores da denúncia contra Dilma é filiado ao PSDB e atua como coordenador jurídico nacional do partido.

— Não é admitido que, ao mesmo tempo, um partido seja o denunciante e seja o relator do processo da denúncia feita.

Vanessa ainda comemorou a aprovação, em comissão, de empréstimo externo de US\$ 150 milhões para a Prefeitura de Manaus.

Ana Amélia defende legalidade do pedido de impedimento

Ana Amélia (PP-RS) repudiou novamente as acusações de representantes do governo de que o Senado estaria participando de um golpe ao analisar o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

— Se assim fosse, o Supremo não teria definido o rito do impeachment na Câmara e no Senado. E tampouco três ministros — Celso de Mello, Dias Toffoli e Gilmar Mendes — não teriam defendido a constitucionalidade de todo o processo.

Ana Amélia ressaltou que os senadores estão trabalhando dentro de um regime democrático, com instituições independentes funcionando naturalmente e regularmente.

Para Ângela, possível saída vai aumentar a recessão do país

De acordo com Ângela Portela (PT-RN), a movimentação dos políticos que querem derrubar a presidente Dilma dá pistas das políticas recessivas que estão sendo preparadas. Ela disse que, além do atentado à democracia com o empenho pelo impeachment, o grupo prepara um golpe contra as conquistas sociais dos últimos 14 anos, com o enxugamento drástico das políticas sociais.

— Tudo isso torna ainda mais dramática a tarefa no Senado: colocar as denúncias contra a presidente Dilma em seu devido lugar, visto que não há sustentação jurídica para o impeachment. É o que se espera: serenidade, equilíbrio e apreço à Constituição.

Movimentos sociais entregam a senadores carta de apoio a Dilma

Representantes da Frente Brasil Popular e da Frente Povo sem Medo, que reúnem movimentos sociais contrários ao impeachment, entregaram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, um manifesto de apoio a Dilma Rousseff, assinado por 322 instituições da sociedade civil.

— Não podemos aceitar nenhum golpe institucional. Uma coisa é o rito que se segue, outra coisa é se existe ou não crime e, por isso, nós queremos apelar para o Senado, na sua pessoa [Renan Calheiros], para que vocês zelem, porque não é brincadeira tirar uma presidenta sem que haja crime real — defendeu João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Renan afirmou que, como presidente do Senado, “tem a exata dimensão do seu papel” e vai “demonstrar isenção e compromisso com o Brasil e com a democracia”.

— Eu tenho dito que farei tudo que estiver ao meu alcance para garantir o máximo de previsibilidade democrática que tiver para garantir o processo.

Estavam presentes os senadores Regina Sousa (PT-PI), Fátima Bezerra (PT-RN), Donizeti Nogueira (PT-TO), Paulo Rocha (PT-PA), Paulo Paim

(PT-RS), Jorge Viana (PT-AC) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

— O rito do impeachment nunca foi praticado. Na época do Collor, foi um rito sumário por acordo. Agora o presidente Renan está impondo que o rito se cumpra, sem tirar nenhum prazo e também sem acrescentar nenhum outro — esclareceu Viana.

Independência

Os senadores e as lideranças populares também pediram a Renan que permita o acesso dos movimentos às galerias do Senado nos dias de votação do impeachment. Ao falar sobre as etapas do processo de afastamento, o senador disse que, mais do que nunca, não se pode partidizar o debate.

Renan explicou que sempre manteve com a presidente Dilma “uma relação de colaboração”, inclusive com a criação da Agenda Brasil, com propostas para vencer a crise, mas não deixou de fazer críticas quando entendeu que devia e alertar quando entendeu que precisava.

— Se for o caso, eu terei, com o governo temporário, a mesma relação que tive com a presidente Dilma, de independência, mas de colaboração com aquilo que significar o interesse nacional — afirmou Renan. (Da Presidência do Senado)

Benedito afirma que crises são normais e não devem parar país

Benedito de Lira (PP-AL) afirmou que as crises que o Brasil enfrenta são próprias da democracia e não devem interromper a realização das reformas de que o país precisa.

— É necessário que tenhamos em mente que esses assuntos podem nos prejudicar se o burburinho nos conduzir à paralisia, dificultando que debates cruciais venham à tona.

Ele mencionou a crise econômica, a Operação Lava Jato e seus desdobramentos e a crise política, simbolizada no processo de impeachment, como os três grandes temas que monopolizam as atenções do país. Para o senador, é preciso “temperar” essas discussões com uma visão otimista e propositiva.

Comissão vota hoje ações para conter *Aedes*

Medida provisória, que está em análise por deputados e senadores, autoriza a entrada forçada de agentes públicos em imóveis abandonados para combater o mosquito

O RELATÓRIO FINAL do deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG) foi apresentado ontem à comissão mista que analisa a medida provisória sobre ações de vigilância sanitária em situações de iminente perigo pela presença do mosquito *Aedes aegypti*. O relator incorporou emendas à MP 712/2016. Foi concedida vista coletiva do texto, que deve ser votado hoje.

Com a medida, fica autorizada a realização de visitas a todos os imóveis públicos e particulares, ainda que com posse precária, visando à eliminação do mosquito transmissor do vírus da dengue, da chicungunha e da zika e também de criadouros, em área identificada como potencial possuidora de focos.

O texto legaliza o ingresso forçado em imóveis públicos e particulares, nos casos de abandono, ausência ou recusa da pessoa em permitir o acesso do agente de saúde. Nesses



Deputado Newton Cardoso Jr. (E) apresentou relatório com emendas à MP, em reunião dirigida pelo senador Paulo Bauer (C)

casos, o agente poderá até requerer auxílio à autoridade policial ou à guarda municipal. E deverá emitir um relatório circunstanciado sobre a atuação no local.

Entre outras medidas que podem ser determinadas pelas autoridades do Sistema Único de Saúde (SUS) em casos de perigo iminente, está a realiza-

ção de campanhas educativas nos meios de comunicação, destinadas especialmente a mulheres em idade fértil e gestantes, pois há evidências de relação entre a zika e casos de microcefalia em bebês.

Ficam reconhecidos também como medidas fundamentais o aperfeiçoamento dos sistemas de informação, investigação e

divulgação dos indicadores, a universalização do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, e o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas.

Isenção

O texto de Newton Jr. isenta do pagamento do Imposto sobre Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Indus-

trializados (IPI) operações que envolvam a aquisição de repelentes, inseticidas, larvicidas e telas mosquiteiro.

Institui-se também o Programa Nacional de Apoio ao Combate às Doenças Transmitidas pelo *Aedes* (Pronaedes), com o objetivo de financiar projetos de combate ao mosquito. Entre as ações, estão custeio dos serviços de vigilância epidemiológica, investimentos em saneamento básico em áreas de risco, aquisição de vacinas e ampliação dos Centros Especializados em Reabilitação.

A União deverá facultar às pessoas físicas e jurídicas a opção de deduzir do Imposto de Renda os valores de doações para ações e serviços, desde que aprovados pelo Ministério da Saúde. As doações poderão ser por transferência em dinheiro, de bens móveis ou imóveis, por comodato ou cessão de uso de bens, por despesas de conservação e pelo fornecimento de material.

Adiada análise de medida que simplifica desapropriações

A bancada ruralista pediu prazo até amanhã para analisar o relatório da medida que simplifica o processo de desapropriação de imóvel urbano e rural (MP 700/2015). A preocupação do grupo é a garantia ao direito de propriedade.

Não houve acordo entre os parlamentares para votar o relatório da deputada Soraya Santos (PMDB-RJ) ontem. A MP permite que as empresas de construção desapropriem terrenos destinados às obras de utilidade pública feitas por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

Deputados ligados aos proprietários rurais acreditam que a MP dá muito poder ao setor privado e querem mecanismos para assegurar o direito à propriedade, mesmo quando a terra estiver ocupada por terceiros de forma ilegal.

Soraya garantiu que não há o que temer:

— Nosso relatório teve muita

preocupação não só com o resguardo social, mas também com o direito à propriedade. Houve preocupação de que toda desapropriação estivesse vinculada a projetos urbanos — explicou.

A deputada esclareceu que simplificar os procedimentos para a desapropriação de terras é fundamental para estimular o investimento privado em obras de infraestrutura.

O líder do governo, senador José Pimentel (PT-CE), também acredita que não haverá prejuízo para donos de terrenos rurais e urbanos, mas que eventuais problemas podem ser resolvidos em outras leis.

— Temos clareza que não vamos resolver tudo nessa MP, até porque um país que tem 82% da população nas cidades tem muitos problemas acumulados. É com este olhar que estamos trabalhando.

A MP perde a validade em 17 de maio.

Proposta amplia ações de combate ao tabagismo

AGENDA BRASIL

A proibição de todo tipo de propaganda de cigarro também nos locais de venda é um dos itens da pauta de hoje da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, que analisa propostas da Agenda Brasil.

O projeto (PLS 769/2015) amplia as medidas de com-

bate ao tabagismo para vetar qualquer forma de publicidade, promoção ou patrocínio. Também estabelece a obrigatoriedade de que as embalagens dos cigarros sejam padronizadas, mantendo as advertências quanto aos riscos do fumo.

O texto, de José Serra (PSDB-SP), tem apoio do relator, Otto Alencar (PSD-BA). Se aprovado, seguirá para a Câmara.

Apesar do apoio do relator, a proposta enfrenta resistência dos setores ligados à produção de tabaco, que pedem que o texto seja mais discutido nas comissões do Senado.

Há outros cinco projetos na pauta da comissão. Entre eles, está o que isenta de manter reserva legal os imóveis rurais que tenham empreendimentos de energia eólica ou solar (PLS 705/2015).

Colegiado debate pendências de Belo Monte

A subcomissão temporária criada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) para acompanhar as obras da usina de Belo Monte faz hoje, às 14h30, reunião de trabalho com o objetivo de buscar soluções para as pendências relativas à execução do projeto.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que preside a subcomissão, explicou que os senadores vão participar também de uma au-

diência com os Ministérios Públicos Federal e do Pará e com a prefeitura dos municípios impactados pela hidrelétrica, além de trabalhadores, ONGs e empresários envolvidos na obra. O objetivo, segundo ele, é coletar informações sobre quais condicionantes já estão prontas, quais estão em andamento e quais ainda não foram iniciadas.

Belo Monte será a terceira

maior hidrelétrica do mundo, atrás de Três Gargantas, na China, e de Itaipu, na fronteira com o Paraguai. Organizações sociais criticam o empreendimento, os impactos ambientais e as consequências para comunidades indígenas. Os defensores apontam o potencial econômico, social e energético que a usina pode representar para o Pará e para o Brasil.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Debate aponta má gestão em fundos para ciência

Senadores avaliaram que os principais fundos setoriais têm distorções a serem corrigidas e que a política para ciência e tecnologia no país precisa ser revista, pois é ineficiente

A FALTA DE transparência pela dispersão das informações, espalhadas por vários sites oficiais, e o uso de recursos em finalidades fora do foco principal são alguns dos problemas enfrentados pelos fundos setoriais mais importantes para a área de ciência e tecnologia no Brasil. Essa foi a conclusão da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que iniciou a avaliação sobre as aplicações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

Os dois participantes dessa primeira rodada de debates na CCT, que escolheu para avaliar este ano a política pública para incentivar a área de ciência e tecnologia no país, foram a diretora de Estudos e Políticas Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fernanda De Negri, e o diretor para a área de desenvolvimento econômico da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Alexandre Giovanini Fuscaldi. Para ambos, os fundos têm sido mal aplicados.

Segundo a diretora do Ipea, que trouxe dados de 2012, as aplicações de R\$ 2,98 bilhões do FNDCT correspondem a 50% do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a 16% do que o país investe em ciência

e tecnologia. Fernanda explicou que, ao longo do tempo, enquanto os recursos dos fundos setoriais aumentavam, o orçamento do MCTI diminuía. Isso resultou no uso dos recursos desses fundos para suprir a falta de orçamento do ministério.

— Apesar de ter uma série de problemas com o desenho, com a implementação do fundo, a gente tem que levar em conta que ele acabou tapando buracos, o que não era efetivamente a função dele no início — afirmou.

Dos quase R\$ 3 bilhões do FNDCT, apenas R\$ 2 bilhões foram para projetos de pesquisa em universidades e em instituições de pesquisa, conforme a diretora do Ipea. Desses R\$ 2 bilhões que financiaram a pesquisa, R\$ 307,6 milhões foram para o Programa Ciência sem Fronteiras e R\$ 367 milhões para infraestrutura, como a construção de laboratórios. O restante foi para projetos de parceria com empresas, instituições de pesquisa do ministério e equalização das taxas de juros.

Transparência

Questionada pelos senadores sobre o motivo de os dados estarem desatualizados, Fernanda disse que falta pessoal capacitado no ministério para organizar os dados relativos aos fundos setoriais. Foi o que também apontou o diretor do TCU. Fuscaldi explicou que, ao fazer auditoria sobre o FNDCT, o tribunal constatou uma dispersão das informações



Lasier (C) preside audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia, que ouviu ontem diretora do Ipea e diretor do TCU

relativas aos investimentos realizados pelo fundo, que estavam espalhadas por vários sites do governo federal.

— Nós entendemos que, para efeito de transparência, essas informações devem estar todas concentradas em um mesmo lugar — afirmou o diretor do TCU.

Ele disse que os auditores do tribunal concluíram que não há critérios para o financiamento de ações do Programa Ciência sem Fronteiras com recursos do FNDCT. Outro problema identificado é que há inclusão de ações no orçamento do fundo para custear gastos com contratos de gestão que permitem realizar despesas estranhas à finalidade do FNDCT.

O TCU recomendou que sejam definidas as modalidades de bolsas de estudo que

poderão ser financiadas com recursos do fundo. Também orientou que sejam incluídas somente ações destinadas a custear despesas de contratos de gestão referentes a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico e que estejam previamente aprovadas pelo Conselho Diretor do FNDCT.

Avaliação

Os senadores consideraram relevantes as informações trazidas à audiência e criticaram a desorganização e a falta de foco dos investimentos em ciência e tecnologia. Para o presidente da comissão, Lasier Martins (PDT-RS), falta um comando eficiente.

— Não há uma autoridade que domine, que exija. É aquilo que suspeitávamos. Por isso propusemos este ano avaliar a política pública com relação

à área. Essa política pública é ineficiente, dispersiva e não tem foco. Isso é uma realidade que nós precisamos mudar — afirmou.

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que não adianta ter recursos se não há boa educação de base no país.

— Jogamos fora milhões de grandes talentos que não tiveram oportunidade de se desenvolver porque não terminaram o ensino médio ou concluíram o ensino médio sem qualificação — alertou o senador.

Walter Pinheiro (sem partido-BA) ressaltou que é preciso eficiência no planejamento para melhorar a gestão de recursos dos fundos. Na mesma linha, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que o país perde oportunidades por ter um sistema mal gerido.

Restrição ao uso de internet terá audiência conjunta

A limitação ao uso de banda larga fixa pelos consumidores que ultrapassarem a franquia será discutida em audiência conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A audiência poderá ocorrer na terça-feira.

Alguns nomes foram aprovados ontem em requerimentos de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) na CCT e de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e de Telmário Mota (PDT-RR) na CMA. Devem ser convidados o ministro das Comunicações, André Figueiredo; o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende; e representantes de empresas de telefonia, de entidades de defesa do consumidor e da Comissão de Direito do Con-



Polêmica nas redes sociais motivou senadores a discutir acesso à banda larga

sumidor da seccional da OAB no Distrito Federal.

Os senadores querem esclarecimentos sobre mudanças nas políticas comerciais das empresas de banda larga fixa, que têm gerado muita polêmica pelas redes sociais.

Também querem tratar da decisão da Anatel que impediu as operadoras de reduzir velocidade, suspender serviços ou

cobrar tráfego excedente após esgotamento da franquia.

Foi ainda aprovado na CCT requerimento de Lasier Martins (PDT-RS) para audiência com a CMA que discuta o limite ao uso de dados de banda larga do tipo ADSL, previsto para 2017. Um dos convidados é o pesquisador Rafael Zanatta, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Socorro às santas casas poderá ser votado hoje em comissão

Programa de financiamento para socorrer as santas casas e outras instituições filantrópicas que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) poderá ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto de lei (PLS 744/2015) de José Serra (PSDB-SP), que obteve parecer favorável de Lúcia Vânia (PSB-GO), prevê que esse programa será operacionalizado pelo BNDES e por outras instituições oficiais de crédito. Os recursos poderão ser aplicados para manter as atividades e investir na melhoria da estrutura e no aumento da oferta de serviços. Serra argumenta que a grave crise financeira (a dívida das santas casas atingiu R\$ 21,5 bilhões em 2015) foi ocasionada, principalmente, pela defasagem da tabela de pagamentos do

SUS. Os planos de socorro já oferecidos fracassaram por serem inadequados à realidade dessas entidades.

Outro projeto de Serra (PLS 727/2015), que pretende agilizar e dar transparência aos processos de registro de medicamentos, deverá ser votado pela CAS em turno suplementar. Se aprovado, irá direto para Câmara dos Deputados se não houver recurso para votar em Plenário. O texto recebeu substitutivo de Waldemir Moka (PMDB-MS) e altera a Lei 9.782/1999, que criou a Anvisa. Entre as medidas, estabelece que se a agência descumprir por dois anos consecutivos, sem justificativa, metas e obrigações pactuadas, a diretoria colegiada será exonerada por solicitação do ministro da Saúde.

País deve reduzir efeito estufa, dizem senadores

Em sessão temática sobre meio ambiente, parlamentares defenderam novo modelo de consumo para diminuir emissões

PROTAGONISTA NA AGENDA ambiental internacional, o Brasil tem papel importante para ajudar o mundo a reduzir as emissões de carbono e conter os efeitos do aquecimento no planeta. Essa foi a conclusão de deputados e senadores na sessão temática “Meio Ambiente e Estado: desafios para o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, realizada ontem no Plenário do Senado.

Segundo os parlamentares, o desafio é grande, pois, além de diminuir drasticamente o desmatamento, o país precisa promover um modelo de consumo mais sustentável.

— Precisamos estabelecer uma nova relação de produção e consumo, uma nova relação do homem com os recursos naturais — disse Jorge Viana (PT-AC), que presidiu a sessão.

Viana é autor de projeto (PLS 750/2015) que inclui em lei o compromisso brasileiro de reduzir a emissão de gases de efeito estufa firmado em Paris, em dezembro de 2015, durante a 21ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-21).

O Acordo de Paris definiu como objetivo global conter o aumento da temperatura média do planeta em menos de 2 °C com esforços para limitar essa elevação a 1,5 °C.

— O desafio é enorme. Mesmo se cumprirmos todo o estabelecido nos acordos, teremos extrema dificuldade em limitar a 2 °C a mudança da temperatura do planeta — avaliou o senador.

Alcançar um modelo de consumo que sacrifique menos recursos naturais é, na

opinião de Donizeti Nogueira (PT-TO), um dos principais problemas a serem encarados pelos gestores e legisladores. Ele entende que há uma lógica que incentiva o cidadão a consumir sem necessidade.

— Estamos dispostos a consumir de forma diferente para economizar e ajudar o meio ambiente? Se não reconceituarmos o consumo, se não mudarmos nossa forma de consumir, não vamos dar conta da tarefa de preservação do planeta — avaliou.

Liderança

A posição de liderança que o Brasil ocupa no tema se deve não apenas a sua participação ativa em encontros mundiais sobre preservação do meio ambiente, mas também por ter modernizado sua legislação nos últimos anos, conforme assinalaram senadores durante a sessão. Jorge Viana observou que o Congresso atualizou o Código Florestal e também avançou na proteção de seu patrimônio genético graças a um entendimento entre vários setores da sociedade.

O senador Blairo Maggi (PR-MT) concordou que a modernização da legislação ajudou a promover harmonia entre produtores e governo.

— O produtor tem consciência de que, sem meio ambiente equilibrado, não há condição de produção. Áreas foram abertas no passado e devem ser aproveitadas, não sendo preciso mais abrir novas áreas. O desmatamento zero é uma ideia que deve avançar e terá apoio das indústrias, dos



Para Jorge Viana (C), o Congresso já modernizou a legislação sobre meio ambiente ao aprovar o Código Florestal

produtores, dos exportadores.

Para Donizeti Nogueira, o Código Florestal vai ajudar o país — junto com novas tecnologias — a promover um modelo mais sustentável de produção agropecuária.

Críticas

Já o líder da Frente Parlamentar do Meio Ambiente, deputado Sarney Filho (PV-MA), fez críticas ao Código Florestal.

Para ele, em vez de valorizar a biodiversidade, o novo código consolidou desmatamentos ilegais. O deputado defendeu uma série de projetos que, em sua avaliação, corrigem distorções.

— Um deles diz respeito à efetiva proteção das nascentes intermitentes e ao aumento da proteção das áreas de preservação permanente, vitais para a saúde hídrica do nosso país. Proposições de minha autoria também tratam da reserva particular do patrimônio natural, conservação e uso sustentável do Cerrado, conservação e uso sustentável do bioma marinho

brasileiro, educação ambiental e tantos outros.

Segundo Sarney Filho, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um dos poucos pontos positivos do Código Florestal. O instrumento permite que o governo monitore a situação ambiental das propriedades.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, estima o registro de 80% da área que deve ser informada no CAR até o fim do mês. O valor corresponde ao cadastramento de 300 milhões de hectares de um total de 390 milhões de hectares de áreas rurais do país.

Desmatamento zero

Sarney Filho defendeu ainda a aprovação de projeto de iniciativa popular que institui o desmatamento zero. O texto, que recebeu quase 1,5 milhão de assinaturas, proíbe o corte de florestas nativas.

— Nós não podemos protelar mais ainda a questão do desmatamento. Temos que buscar o desmatamento zero imediatamente.

Ministro ressalta criação de Instituto Judicial para o Meio Ambiente

No final de 2014, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin defendeu em debate no Senado a criação do Instituto Mundial Judicial para o Ambiente. Um ano e meio depois, Benjamin voltou ao Parlamento para agradecer pelo apoio ao lançamento do organismo internacional, nesta semana, durante o 1º Congresso Mundial de Direito Ambiental, no Rio de Janeiro.

Especialista em direito ambiental, o ministro afirmou que a criação do instituto “representa o coroamento do esforço de capacitação de juizes de todo o mundo ao longo de várias décadas”. O empenho do Brasil em torno de sua organização foi reconhecido por juristas internacionais reunidos no evento do Senado.

— Estou muito otimista em relação a essa nova instituição. Os 177 países que têm em suas constituições o direito ao meio ambiente precisam compartilhar essa experiência para melhorar em todos os aspectos a sua sociedade — declarou o presidente do Tribunal Nacional Verde da Índia, ministro Swatanter Kumar.

A advogada Irum Ahsan, representante do Asian Development Bank, também se disse muito satisfeita com o nascimento do instituto no Brasil.

— O papel do Judiciário é crucial para o desenvolvimento sustentável. É importante porque os juizes emitem regras, decisões e estabelecem as prevenções — observou Irum Ahsan.

A advogada afirmou que, na Ásia, cerca de 78 milhões de pessoas foram atingidas por algum desastre ambiental entre 1992 e 2008, resultando em 230 mil mortes.

Vegetação nativa é maior em área privada, diz ministra

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse ontem, na sessão temática sobre meio ambiente, que a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) tem revelado que a área com vegetação nativa existente nas propriedades privadas é maior que as terras públicas protegidas, mantidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

A situação, afirmou a ministra, exigirá novas estratégias para gestão dessas áreas de vegetação nativa que estão preservadas nas propriedades privadas, mas que não estão sujeitas a regras de controle ambiental e são passíveis de desmatamento.

Izabella Teixeira lembrou que, há quatro anos, quando da votação do Código Florestal, o foco dos debates era o passivo ambiental. Não se tinha ideia desse ativo, que

pode resultar em ganhos para os produtores e em uma nova forma de geração de riquezas.

— O incremento tecnológico vai permitir produzir mais em



Izabella Teixeira: tecnologias vão permitir produzir mais sem desmatar

uma área menor, com agricultura de baixo carbono e novas tecnologias de produção, preservando áreas com matas nativas, que passam a fixar carbono também. Além do valor de biodiversidade, são áreas contabilizadas como fixadoras de carbono — afirmou.

Para a ministra, o Brasil tem o desafio de adaptar sua legislação para essa nova agenda de meio ambiente, de forma a garantir qualidade de vida à população e promover o desenvolvimento sustentável.

Biodiversidade

Izabella Teixeira disse esperar que a convenção da ONU sobre biodiversidade, que será realizada em dezembro no México, siga os avanços obtidos pela 21ª Convenção do Clima, em Paris.

— Há uma discussão necessária sobre a construção de

pontes entre essas duas convenções — frisou, lembrando que muitos dos países detentores de grande biodiversidade são vulneráveis em termos de mudança de clima.

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, destacou o papel do Brasil na definição de responsabilidades diferenciadas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

— Até porque as nações menos desenvolvidas tiveram historicamente menos participação no aquecimento global — frisou.

Na COP-21, o Brasil se comprometeu a reduzir 43% das emissões de gases de efeito estufa até 2030, em relação aos níveis de 2005.

O país também assumiu o compromisso de ter, até 2030, 45% de fontes renováveis de energia na matriz energética.